



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

17

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 23/06/2000
C	<i>[Assinatura]</i>
	Rubrica

Processo : 10073.000393/95-96

Acórdão : 203-06.306

Sessão : 22 de fevereiro de 2000

Recurso : 104.843

Recorrente : JOSÉ MARIA DE SALLLES

Recorrida : DRJ no Rio de Janeiro - RJ

**ITR – LANÇAMENTO – GUT E VTN – AUSÊNCIA DE PROVAS – REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE –** Desde que não comprovada a efetiva utilização da terra, com vistas a reduzir a alíquota, nem demonstrado por Laudo Técnico subsistente o VTN real, não pode ser modificada a decisão recorrida, que manteve parcialmente o lançamento. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: JOSÉ MARIA DE SALLLES.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2000

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Mauro Wasilewski  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Lina Maria Vieira, Daniel Correa Homem de Carvalho e Sebastião Borges Taquary.

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10073.000393/95-96

Acórdão : 203-06.306

Recurso : 104.843

Recorrente : JOSÉ MARIA DE SALLES

## RELATÓRIO

Trata-se de lançamento de ITR/94, mantido pela DRJ no Rio de Janeiro - RJ, que ementou sua decisão da seguinte forma:

**“ITR/94 – Constatado erro de transcrição, reprocessa-se a declaração e se reemite a notificação referente.**

Entre o VTN declarado e o VTN mínimo prevalece o de maior valor.

### **LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE.”**

Em seu recurso, o contribuinte diz que o cerne da questão é o grau de utilização do imóvel e, secundariamente, a base de cálculo; que, na comparação com imóvel contíguo, os graus de utilização são de 100% e 18,1%, respectivamente; o valor do ITR é desproporcional, vez que no outro imóvel foi taxado em 16,15 UFIR e no deste processo em 483,54 UFIR; ao que parece, não foi levado em conta a Solicitação de Retificação de Lançamento – SRL (doc. 01); que o grau de utilização é de 100%; que anexou um Laudo Técnico do imóvel; e requer a retificação ao grau de utilização do imóvel para 100%, determinando a retificação do lançamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10073.000393/95-96  
Acórdão : 203-06.306

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI**

O recorrente quer a redução da alíquota, em face da utilização do imóvel, que diz ser de 100%, e também a redução da base de cálculo. Todavia, apesar de mencionar outro processo, não trouxe aos autos nenhuma prova suficiente para modificar a decisão recorrida, vez que a única – o Laudo Técnico de fls. 35/36 – não foi realizada de acordo com as normas da ABNT e nem lhe foi anexada a competente ART (CREA).

Também, não demonstrou a utilização do imóvel, vez que poderia, com documentos fiscais, declarações ao Fisco Estadual, contratos e etc., demonstrar a produção do mesmo, quer agrícola, quer pecuária ou outra.

Assim, conheço do recurso e nego-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2000

MAURO WASILEWSKI